

# OS DISCURSOS E O PODER NAS *HISTORIAE* DE TÁCITO

## SPEECHES AND POWER IN TACITUS' *HISTORIES*

GONÇALVES, C. S. V. (2015). Os discursos e o poder nas *Historiae* de Tácito.

Archai, n. 15, jul. – dez., p. 37-42

DOI: [http://dx.doi.org/10.14195/1984-249X\\_15\\_4](http://dx.doi.org/10.14195/1984-249X_15_4)

**RESUMO:** *O Principado priva o senado de muitos dos seus poderes tradicionais. No entanto, durante a crise de 69 d. C., são vários os candidatos ao lugar de príncipe e os generais que afirmam nos seus discursos poder contar com o apoio do senado. Este artigo destina-se a averiguar o exacto valor atribuído a este apoio num contexto em que o senado revela uma generalizada incapacidade de acção política.* \*\*

**PALAVRAS-CHAVE:** Tácito, *Historiae*, discursos, Principado, senado.

**ABSTRACT:** *The Principate takes away from the senate many of its traditional powers. Yet during the crises of 69 d. C. many of the candidates for prince and of the generals claim in their speeches that they can count on the support of the senate. This paper intends to find out the exact meaning given to this support in a context of generalized incapacity of political action revealed by the senate.*

**KEYWORDS:** Tacitus, *Historiae*, speeches, Principate, senate.

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos - Coimbra, Portugal - [csvg@fl.uc.pt](mailto:csvg@fl.uc.pt)

\*\* O tema é recuperado e adaptado da minha dissertação de doutoramento: *Arduus Rerum Modus. O Senado em Tácito* (Coimbra, 10 de Dezembro de 2010).

1 SYME, 1968, p. 394; GUILLÉN, 1978, p. 69, 147; TALBERT, 1984, p. 375-379, 392-430; EDER, 1993, p. 105-106; PERRIN; BAUZOU, 1997, p. 208, 248; MOMMSEN, 1999, p. 89-93; OAKLEY, 2009, p. 184; WILLIAMS, 2012, p. 214.

2 BLOCH, 1942, p. 58-64; PETIT, 1967, p. 125-127, 209-234; SYME, 1968, p. 322-323, 459-475; GUILLÉN, 1978, p. 139, 197-198; RAMAGE, 1987, p. 38-54; JACQUES; SCHEID, 1992, p. 29-36; PERRIN; BAUZOU, 1997, p. 203-204, 242-243; CIZEK, 1998, p. 72-95; GOWING, 2005, p. 125-126.

Carla Susana Vieira Gonçalves\*

## Contexto

Na passagem da República para o Principado, o senado vê-se privado da administração do território, do comando do exército e da gestão financeira<sup>1</sup>. Estes domínios transitam para o *princeps*, que, gradualmente, consolida a sua soberania e acaba por ganhar contornos régios e até místicos<sup>2</sup>. Esta profunda inflexão da conjuntura política exige a cada senador que reveja o seu código ético e as formas possíveis de realizá-lo. Antes mesmo das mudanças na vida dos seus membros, o senado, enquanto instituição, conhece também os efeitos do renovado organograma do Estado. A obra de Tácito testemunha a sua luta desesperada por encontrar um lugar e um papel no mais recente quadro das entidades públicas, onde sobressai, a um ritmo crescente, como um elemento decorativo, com grandes dificuldades em manter uma actividade autónoma e produtiva, de tal modo que, quando se faz um levantamento dos actos senatoriais, fica patente, acima de tudo, a sua ineficácia como força de acção na narrativa. Esta característica colectiva manifesta-se, por exemplo, no valor que as personagens lhe atribuem nas suas falas.

## Pisão

O ano de 69 d. C. é particularmente rico em candidatos ao poder e em generais que invocam o apoio do senado, nos abundantes discursos aos militares e ao povo<sup>3</sup>. O primeiro é Pisão Liciniano, adotado por Galba a 10 de Janeiro, na sequência das primeiras notícias de sedição que chegavam da Germânia. Entretanto, na urbe, a guarda pretoriana começara a transferir-se para o lado de Otão. Por isso, Pisão dirige-se à corte que, supostamente, estaria a zelar pela segurança do palácio e dos seus ocupantes, numa tentativa de a dissuadir da traição (*Hist.* 1. 29):

“Sextus dies agitur, commilitones, ex quo ignarus futuri, et siue optandum hoc nomen siue timendum erat, Caesar adscitus sum. Quo domus nostrae aut rei publicae fato in uestra manu positum est, non quia meo nomine tristiores casum paueam, ut qui aduersas res expertus cum maxime discam ne secundas quidem minus discriminis habere: patris et senatus et ipsius imperii uicem doleo, si nobis aut perire hodie necesse est aut, quod aequè apud bonos miserum est, occidere.”

“Seis dias se passaram, camaradas, desde que, ignorando o meu futuro e se devia adoptar este nome ou temê-lo, eu fui reconhecido César; com que consequências para a nossa casa ou para a República, está nas vossas mãos decidi-lo; não porque, em meu nome, um desfecho demasiado infeliz me apavore, visto que, tendo experimentado a adversidade, eu fico, neste preciso momento, a saber que nem mesmo a prosperidade tem menos riscos; é do meu pai e do senado e do próprio império o destino que me condói, se, para nós, for hoje necessário morrer ou, o que, aos olhos dos bons, é igualmente deplorável, matar.”

Imbuído de devoção filial e patriótica, Pisão une a situação da sua família à do Estado (*quo domus nostrae aut rei publicae fato*) para sugerir que a destruição de uma significa a destruição do outro. Numa gradação progressiva, procura mostrar aos soldados que a aclamação de Otão implicaria eliminar o imperador de direito (*patris*), deixar o senado, que apoiara a sua ascensão, à mercê do usurpador (*et senatus*) e

desencadear uma guerra de facções que, em última instância, poria em causa a unidade do império (*et ipsius imperii*). Porém, o facto de Galba ter sido oficialmente investido pelo senado, não é suficiente para mantê-lo no poder. Pisão afirma literalmente que a evolução do quadro político depende da vontade da guarda pretoriana: *in uestra manu positum est*. De um modo geral, toda a sua intervenção é insegura e melancólica, logo desde a frase de abertura, em que se confessa objecto passivo de uma adopção que poderia ser-lhe fatal (*Caesar adscitus sum*)<sup>4</sup>. Pisão sente-se, agora, tão incapaz de definir o seu percurso (*ignarus futuri*) como quando fora exilado (*aduersas res expertus*) porque Nero, à semelhança dos antecessores, perseguira todos os que a árvore genealógica tornava automaticamente potenciais candidatos a imperador. Daí que o seu estado de espírito se exprima em disjuntivas (*siue... siue...*) e em sentimentos contraditórios (*optandum / timendum*). Na sua vida, não há projectos: tudo é fruto da vontade alheia ou do acaso (*fato; casum; uicem*).

Pelas palavras de Pisão, o senado é colocado, no âmbito do conflito político em questão, do lado daqueles a quem não cabe decidir, mas acatar a decisão de outros e, desta forma, distancia-se do exército, que assume o protagonismo da acção. Em contrapartida, é associado ao povo. Os dois símbolos republicanos não influenciam o desenrolar dos acontecimentos e comportam-se como espectadores do confronto entre generais e legiões, à espera de conhecerem o vencedor, para o aclamarem. É notório que estão desfasados em relação ao regime em vigor e aos problemas por ele criados.

## Otão

No entanto, o rival de Pisão também garante que tem o apoio do senado e do povo, quando fala, pouco depois, no acampamento da guarda pretoriana (*Hist.* 1. 38):

“Ac ne qua saltem in successore Galbae spes esset accersit ab exilio quem tristitia et auaritia sui simillimum iudicabat. Vidistis, commilitones, notabili tempestate etiam deos infaustam adoptionem auersantis. Idem senatus, idem populi Romani animus est: uestra

3 Para um estudo geral da técnica de composição dos exemplares oratórios presentes na obra de Tácito, ver DANGEL, 1991; especialmente para os livros 1-3 das *Historiae*, ver KEITEL, 1991. O primeiro artigo dedica-se preferencialmente a questões formais; o segundo às ideias principais dos discursos e às relações temáticas entre eles.

4 Sobre a ineficácia oratória dos discursos nas *Historiae* e o desfasamento dos seus argumentos em relação às reais circunstâncias políticas, ver LEVENE, 2009, p. 212-224, especialmente p. 221 para o discurso de Pisão.

5 O cumprimento de todas as formalidades pode ocupar uma única sessão do senado ou distribuir-se por várias semanas e até meses. O imperador pode ainda ser eleito membro dos colégios sacerdotais, cônsul e pontífice máximo. Sobre a investidura, ver PETIT, 1967, p. 238-239; JACQUES; SCHEID, 1992, p. 22-26; PERRIN; BAUZOU, 1997, p. 241.

6 A respeito da proverbial *avaritia* de Galba e, em particular, do donativo insistentemente procurado pelos pretorianos e sistematicamente recusado por Galba, ver também Plut. *Galb.* 22-23, Suet. *Gal.* 16-17, Dio 64. 2-3.

7 Num discurso à assembleia popular, que Tácito se limita a resumir, Otão volta a 'exaltar o consenso do povo e do senado a seu favor' (*consensus populi ac senatus pro se attolens*: Hist. 1. 90).

8 O incidente também é relatado por Plut. *Oth.* 3, Suet. *Otho* 8 e Dio 64. 9. Para um retrato da Roma labiríntica, com base na obra de Marcial, ver TORRÃO; ANDRADE, 2008, onde estão patentes as dificuldades de circulação que as ruas da capital ofereciam, incluindo à noite.

*uirtus expectatur, apud quos omne honestis consiliis robur et sine quibus quamuis egregia inuolida sunt.*"

"E não fosse haver alguma esperança, pelo menos, no sucessor de Galba, foi buscar ao exílio quem, em azedume e em avareza, ele julgava o seu total semelhante. Vós vistes, camaradas, com que invulgar tempestade até os deuses, perante esta infausta adopção, manifestaram a sua aversão. A disposição do senado, a disposição do povo romano é a mesma: é da vossa valentia que se está à espera! Em vós reside toda a robustez necessária aos desígnios honrados, que, sem vós, ainda que excepcionais, nada valem."

Todos os pretendentes ao poder se sentem avalizados a usar o nome do senado e do povo em causa própria porque a sua posição no conflito não é decisiva, nem constante. Daqui resulta um aparente paradoxo: se não têm meios para imporem um candidato da sua preferência, qual é o motivo da relevância que os vários concorrentes atribuem ao seu apoio? A resposta é, evidentemente, a legitimidade que só eles lhes podem conferir. O imperador tem de receber o *imperium* e a *tribunicia potestas* através de um decreto do senado, secundado por uma lei da assembleia popular<sup>5</sup>, e a ascensão pelas armas agudiza ainda mais a necessidade do reconhecimento oficial.

Otão começa por denegrir Galba e Pisão, acusando-os de terem um temperamento difícil e de serem avarentos (*tristitia et avaritia*), argumentos muito adequados à sua audiência indisciplinada e determinada a não sair da crise política de mãos vazias<sup>6</sup>. Depois, recorre à autoridade divina, no intuito de comprovar a sua visão pessoal dos adversários. Em *Hist.* 1. 18, Tácito conta que o dia 10 de Janeiro de 69 d. C. se assinala por fortes trovoadas, que, todavia, não demovem Galba de levar por diante a adopção de Pisão. Portanto, Otão aproveita as contingências atmosféricas para demonstrar que estes não são uma solução auspiciosa no que diz respeito a escolher alguém para dirigir os destinos de Roma (*notabili tempestate etiam deos infaustam adoptionem auersantis*). Por fim, e na sequência das entidades etéreas, são referidos o *senatus populusque Romanus*. A anáfora (*Idem... idem...*) insiste

na ideia de que a legalidade estaria do lado dos soldados, caso resolvessem agir, na medida em que contavam com o aval de ambos<sup>7</sup>. Por isso, a proposta de derrubar Galba e Pisão para aclamar Otão, é apelidada de *honestas* e *egregias*. Contudo, o final do excerto citado deixa claro que a iniciativa tem de partir do exército, que é instigado à acção numa interpelação directa, reforçada pela aliteração da semivogal (*uestra uirtus*). O sujeito indeterminado (*expectatur*) faz saber que existe uma 'expectativa' generalizada relativamente à intervenção dos militares, os únicos que detêm a indispensável capacidade de concretização, conforme sublinham, reiteradamente, o adjetivo *omne*, a antítese *uirtus* - *robur* / *inuolida* e o poliptoto *apud quos... sine quibus*.

Um equívoco da guarda pretoriana oferece a Otão a oportunidade de ser o autor da mais exuberante defesa da importância do apoio do senado. O transporte nocturno de um acervo de armas destinado a uma coorte recém-chegada de Óstia é entendido pelos militares como um estratagema para equipar secretamente os escravos dos senadores. O erro de interpretação quase custa a vida a um numeroso grupo de membros da sua ordem que, na mesma altura, jantavam no palácio e que, perante a irrupção dos soldados, são obrigados a debandar de forma pouco edificante, a altas horas da noite, pelas ruelas da cidade, em busca de um refúgio (*Hist.* 1. 80-82)<sup>8</sup>. No dia seguinte, reposta a verdade dos factos, Otão desloca-se, mais uma vez, ao acampamento dos pretorianos, para proferir um discurso mais de conciliação que de admoestação (*Hist.* 1. 84):

"Paucorum culpa fuit, duorum poena erit: ceteri abolete memoriam foedissimae noctis. Nec illas aduersus senatum uoces ullus usquam exercitus audiat. Caput imperii et decora omnium prouinciarum ad poenam uocare non hercule illi, quos cum maxime Vitellius in nos ciet, Germani audeant. Vlline Italiae alumni et Romana uere iuuentus ad sanguinem et caedem depoposcerit ordinem, cuius splendore et gloria sordis et obscuritatem Vitellianarum partium praestringimus? Nationes aliquas occupauit Vitellius, imaginem quandam exercitus habet, senatus nobiscum est: sic fit ut hinc res publica, inde hostes rei publicae constiterint. Quid? Vos pulcherrimam hanc urbem domibus et tectis

et congestu lapidum stare creditis? Muta ista et inanima intercidere ac reparari promisca sunt: aeternitas rerum et pax gentium et mea cum uestra salus incolumitate senatus firmatur. Hunc auspicato a parente et conditore urbis nostrae institutum et a regibus usque ad principes continuum et imortalem, sicut a maioribus accepimus, sic posteris tradamus; nam ut ex uobis senatores, ita ex senatoribus principes nascuntur.”

“Poucos foram culpados; dois serão punidos; os restantes, apagai a memória de uma noite tão feia. E aqueles gritos dirigidos ao senado não devem chegar aos ouvidos de nenhum exército, em parte alguma. Trata-se da cabeça do império e da jóia de todas as províncias: puni-la, por Hércules, nem aqueles que, neste preciso momento, Vitélio incita contra nós, que são os Germânicos, o ousariam! Então, podem ser filhos da Itália e uma juventude verdadeiramente romana a reclamar o sangue e o massacre de uma ordem que, com o seu esplendor e a sua glória, nos permite ofuscar a sordidez e a obscuridade dos partidários de Vitélio? Umas tantas nações, foi o que Vitélio ocupou; algo parecido com um exército, é o que ele tem – o senado está connosco! Por conseguinte, do nosso lado perfila-se a República; do dele, os inimigos da República. Como? Vós acreditais que a solidez desta cidade tão bela está nas casas e nos tectos e num amontoado de pedras? Isso são coisas mudas e inanimadas: que elas caiam e sejam reparadas, é normal – a eternidade do Estado e a paz dos povos e a minha, como a vossa vida, é na incolumidade do senado que assentam. Ele foi instituído, sob os auspícios, pelo pai e fundador da nossa cidade e, desde os reis até aos príncipes, foi contínuo e imortal; da mesma maneira que nós o recebemos dos antepassados, também devemos transmiti-lo à posteridade, pois, tal como, de entre vós, nascem senadores, é de entre os senadores que os príncipes nascem.”

A acumulação de antíteses é inevitável para definir os dois lados do conflito: as tropas de Vitélio são bárbaras (*Germani*), as de Otão são ‘verdadeiramente’ romanas<sup>9</sup>; Vitélio conta com nações e legiões, Otão tem o apoio do senado. Este é exaltado como o guardião ancestral dos auspícios do Estado (GUILLÉN, 1978, p. 21 e n. 17; MANNINO, 1979 p. 18-45; CORNELL, 1995, p. 142-143, 251-252; FORSYTHE, 2005, p. 109-110): os imperadores, tal

como outrora os reis, desaparecem ciclicamente, mas o *imperium* não se extingue com eles, porque é preservado pelos *patres*, para evitar a desagregação de Roma e a perda da sua essência original, que ultrapassa a mera existência material (*Muta ista et inanima*). As posições são invertidas: enquanto Pisão coloca o seu destino, o do pai adoptivo, o do senado e o do império ‘nas mãos’ dos militares, Otão afirma que são estes, ele próprio, a paz e o império que dependem do senado (*aeternitas rerum et pax gentium et mea cum uestra salus incolumitate senatus firmatur*). Todavia, o sentido literal destas palavras é traído pelas suas explicações, de acordo com as quais a sua vantagem, com base no apoio do senado, consiste em ‘esplendor e glória’ (*splendore et gloria*), por contraposição à baixaza de condição dos apoiantes do seu adversário (*sordis et obscuritatem Vitellianarum partium*). O valor ‘decorativo’ da prestação do senado, na crise de sucessão, é reforçado pelos epítetos que lhe são atribuídos: *Caput imperii et decora omnium prouinciarum*. Ter a seu favor aquela que fora, e que, teoricamente, continuava a ser, a cúpula política e religiosa do mundo romano, garante à causa de Otão a aura de legalidade de que ele precisa para poder invocar o argumento típico da guerra civil, já usado, muito antes, por Pompeu contra César e por Augusto contra Marco António: *hinc res publica, inde hostes rei publicae*.

### Suetónio Paulino

Depois de alguns confrontos menores, relativamente favoráveis, com os Vitelianos, os generais de Otão discutem se devem avançar para um embate decisivo ou procrastinar<sup>10</sup>. O mais prestigiado, entre eles, defende que um adiamento desgastaria as forças adversárias porque, em comparação, não dispunham de tantos recursos de manutenção (*Hist.* 2. 32):

Contra ipsa omnia opulenta et fida, Pannoniam Moesiam Dalmatiam Orientem cum integris exercitibus, Italiam et caput rerum urbem senatumque et populum, numquam obscura nomina, etiam si aliquando obumbrentur (...).

Pelo contrário, eles tinham tudo o que é abundância e lealdade: a Panónia, a Mésia, a Dalmácia, o Oriente,

9 O retrato convencional do exército bárbaro, herdado dos *Persas* de Ésquilo e das *Histórias* de Heródoto, é analisado por ASH, 2002, p. 37-72 como uma estratégia deliberadamente adoptada por Tácito para retratar as forças em confronto na guerra civil à semelhança de um exército inimigo, entenda-se de Roma, e, segundo o seu estudo, é uma característica extensiva às tropas dos Flávios. A autora continua a aplicar este critério de interpretação na sua edição crítica do segundo livro das *Historiae*, como demonstra, por exemplo, o seu comentário acerca do comportamento de Vitélio em *Hist.* 2. 89: ASH, 2007, p. 348-349.

10 Episódio relatado, de forma mais concisa, em Plut. *Oth.* 8 e Suet. *Otho* 9.

com os seus exércitos intactos; a Itália e a cabeça do Estado, a urbe, bem como o senado e o povo, nomes nunca obscuros, mesmo se, por vezes, se ensombravam (...).

Suetônio Paulino faz o elenco dos meios que lhes assistem. A enumeração desenvolve uma gradação progressiva de importância, a começar pelas províncias com os respectivos exércitos, passando pela Itália e por Roma, para encerrar com o senado e com o povo. O catálogo progride do pragmatismo para o simbolismo, do concreto para o abstracto. Até à Itália, os seus membros são justapostos em assíndeto, enquanto Roma, o senado e o povo são introduzidos pelo polissíndeto. Esta mudança sintáctica separa dois tipos de apoio e faz surgir o segundo bloco como um apêndice do primeiro, que, embora transmita um acréscimo de autoridade, é claramente acessório. As províncias representam os fulcrais recursos militares; a Itália pode oferecer suporte logístico; mas a urbe é referida com o título fatal de *caput rerum*. A expressão equivale a *caput imperii*, que, no último discurso de Otão, é um epíteto do senado. O facto de ser aplicado ora a uma, ora a outro, revela que se trata de metáforas retóricas convencionais. No último lugar da lista, o senado e o povo valem apenas pelo nome (*numquam obscura nomina*<sup>11</sup>). Embora a lítotes negue a sua irrelevância, a concessiva seguinte (*etiam si*), corroborada pelo advérbio *aliquando*, tem o efeito de anular o tom peremptório inicial; o verbo *obumbrentur* confirma a sugestão contida em *obscura*, ao colocá-los na ‘sombra’ dos verdadeiros protagonistas, ou seja nos bastidores da acção.

### Antônio Primo

À semelhança de Suetônio Paulino, Antônio Primo é um defensor da contemporização como uma eficaz estratégia militar. Porém, em tempo de guerra, a perspectiva dos despojos e o furor bélico tornam a espera difícil de suportar. À medida que se aproximam de Roma, as legiões dos Flávios vão ficando cada vez mais impacientes por enfrentarem o exército de Vitélio, que, entretanto, se instalara na capital. Para refrear o seu ímpeto, é necessário mostrar-lhes as desvantagens de um ataque imediato (*Hist.* 3. 60):

Satis gloriae proelio Cremonensi partum et exitio  
Cremonae nimium inuidiae: ne concupiscerent Romam

capere potius quam seruare. Maiora illis praemia et multo maximum decus, si incolumitatem senatui populoque Romano sine sanguine quaesissent. His ac talibus mitigati animi.

Era suficiente a glória que, com a batalha de Cremona, se gerara e, com a destruição de Cremona, era demasiada a antipatia: eles não deviam cobiçar uma Roma conquistada, em vez de uma preservada. Maiores seriam, para eles, os prémios e muito maior ainda o brilho da dignidade, se assegurassem a incolumidade do senado e do povo romano sem derramamento de sangue. Estas palavras e outras que tais acalmaram os ânimos.

Mais uma vez, o senado é colocado, juntamente com o povo, numa posição de passividade e de fragilidade: não só não são eles que determinam os destinos de Roma, como dependem da vontade do exército, inclusivamente para manterem a sua integridade física. Contudo, na senda dos oradores anteriores, Antônio Primo também tem consciência de que uma exibição de respeito pelos dois antigos baluartes da constituição confere legitimidade às operações militares. Por isso, através de um jogo de antíteses em que se contrapõem, por um lado, popularidade e impopularidade (*satis gloriae / nimium inuidiae*), por outro, subjugação e protecção (*capere / seruare*), faz ver aos seus soldados que, depois de terem saqueado e incendiado Cremona<sup>12</sup>, não podiam voltar a comportar-se como uma força invasora, sob pena de parecer que não estavam a lutar contra Vitélio, mas contra a República, que o senado e o povo representavam.

### Conclusão

No final do périplo por estes discursos que contêm referências ao senado, verifica-se que, no contexto de uma grave crise política, as personagens não esperam dele a resolução pragmática dos problemas públicos. A sua inaptidão para ditar a escolha do imperador é evidente e ressalta da afinidade com o povo, o seu par igualmente inactivo na tradicional fórmula republicana, e do contraste com o dinamismo do exército. A sua relevância institucional assenta, antes, na competência de legitimação que herda do

11 Cf. *Hist.* 1. 30, ainda no discurso de Pisão: *‘res publica et senatus et populus uacua nomina sunt’*.

12 Para uma análise histórica da segunda batalha de Cremona, em que Tácito é uma das fontes seguidas, ver WELLESLEY, 2000, p. 128-150.



passado e que é fundamental para evitar a desintegração constitucional do Estado. Os indícios da sua incapacidade de acção não se restringem aos discursos das personagens e dispersam-se pela narrativa. Por exemplo, em *Hist.* 1. 55, senado e povo são lembrados pelo próprio exército. Por norma, este renova anualmente o juramento de lealdade ao imperador. Porém, no início de 69 d. C., duas das legiões estacionadas na Germânia Superior recusam-se a fazê-lo em nome de Galba e, 'para não parecer que estavam a pôr de parte o respeito pelo poder, invocavam no seu juramento os nomes já gastos do senado e do povo romano' (*ne reuerentiam imperii exuere uiderentur, senatus populi que Romani oblitterata iam nomina sacramento aduocabant*). O acto não reveste qualquer pretensão de restauração republicana. A expressão *oblitterata iam nomina* ressalva, desde logo, a vanidade da referência a duas entidades cujo protagonismo político estava irrevogavelmente confinado ao passado. Não obstante, a atitude dos legionários comporta um fundo legal, na medida em que, quando um imperador morre, os seus poderes constitucionais regressam aos órgãos que os atribuem à partida. Portanto, os militares agem, na verdade, como se estivessem numa situação de vazio do poder e, tal como nos discursos analisados, a menção do senado e do povo traduz apenas o propósito de manter uma aparência de legalidade.

### Referências Bibliográficas

ASH, R. (2002). *Ordering Anarchy. Armies and Leaders in Tacitus' Histories*. Michigan, University of Michigan Press.

\_\_\_\_\_. (2007). *Tacitus. Histories. Book II*. Cambridge, Cambridge University Press.

BLOCH, L. (1942). *Instituciones Romanas*. Trad.: G. Zotter. Barcelona, Editorial Labor.

CARY, E. (1925). *Dio Cassius. Roman History*. Books 61-70. Cambridge Mass., Harvard University Press.

CIZEK, E. (1998). La formation du principat d'Auguste. *Latomus*, Bruxelles, v. 57, p. 72-95.

CORNELL, T. J. (1995). *The Beginnings of Rome. Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000-264 BC)*. London, Routledge.

DANGEL, J. (1991). Les structures de la phrase oratoire chez Tacite: étude syntaxique, rythmique et métrique. *ANRW*, Berlin, vol. 2, n. 33/4, p. 2454-2538.

EDER, W. (1993). Augustus and the power of tradition: the Augustan principate as binding link between Republic and

Empire. In: RAAFLAUB, K. A.; TOHER, M. (eds.) *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and his Principate*. Berkeley, University of California Press, p. 71-122.

FISHER, C. D. (1962). *Cornelii Taciti Historiarum Libri*. Oxford, Oxford University Press.

FORSYTHE, G. (2005). *A Critical History of the Early Rome. From Prehistory to the First Punic War*. Berkeley, University of California Press.

GOWING, A. M. (2005). *Empire and Memory. The Representation of the Roman Republic in Imperial Culture*. Cambridge, Cambridge University Press.

GUILLÉN, J. (1978). *Vrbs Roma. Vida y Costumbres de los Romanos II. La Vida Pública*. Salamanca, Sígueme.

JACQUES, F.; SCHEID, J. (1992). *Rome et l'Intégration de l'Empire (44 av. J. C.-260 ap. J. C.)*. Paris, PUF.

KEITEL, E. (1991). The structure and function of speeches in Tacitus' Histories I-III. *ANRW*, Berlin, vol. 2, n. 33/4, p. 2772-2794.

LEVENE, D. S. (2009). Speeches in the Histories. In: WOODMAN, A. J. (ed.) *The Cambridge Companion to Tacitus*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 212-224.

MANNINO, V. (1979). *L' Auctoritas Patrum*, Milano, A. Giuffrè.

MOMMSEN, T. (1999). *A History of Rome under the Emperors*. London, Routledge.

OAKLEY, S. P. (2009). Res olim dissociabiles: emperors, senators and liberty. In: WOODMAN, A. J. (ed.) *The Cambridge Companion to Tacitus*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 184-194.

PERRIN, B. (1926). *Plutarch. Lives XI*. Cambridge Mass., Harvard University Press.

PERRIN, Y.; BAUZOU, T. (1997). *De la Cité à l'Empire: Histoire de Rome*. Paris, Ellipses.

PETIT, P. (1967). *La Paix Romaine*. Paris, PUF.

RAMAGE, E. S. (1987). *The Nature and Purpose of Augustus' "Res Gestae"*. Stuttgart, Steiner.

ROFE, J. C. (1914). *Suetonius. Volume II*. Cambridge Mass., Harvard University Press.

SYME, R. (1968). *The Roman Revolution*. Oxford, Oxford University Press.

TALBERT, R. J. A. (1984). *The Senate of Imperial Rome*. Princeton, Princeton University Press.

TORRÃO, J. M. N.; ANDRADE, A. M. L. (2008). Os labirintos da cidade: Marcial em Roma. *Ágora, Aveiro*, v. 10, p. 63-80.

WELLESLEY, K. (2008). *The Year of the Four Emperors*. London, Routledge.

WILLIAMS, K. (2012). Tacitus' senatorial embassies of 69 CE. In: PAGÁN, V. E. (ed.) *A Companion to Tacitus*. Chichester, Wiley-Blackwell, p. 212-236.

Submetido em Janeiro de 2015 e  
aprovado em Maio de 2015